

PROVA D

QUESTÕES OBJETIVAS - INSTRUÇÕES:

1. As respostas devem ser consignadas com caneta preta ou azul.
2. O candidato NÃO pode consultar a legislação.
3. Marque apenas uma alternativa correta. Respostas rasuradas ou com mais de uma alternativa assinalada serão consideradas erradas.
4. A identificação do candidato deverá ser feita no local reservado para isso logo abaixo, incluindo a assinatura do candidato
5. O candidato não poderá colocar, no corpo da prova, o seu nome, número de inscrição, assinatura ou qualquer outro sinal que possa identificá-lo, sob pena de anulação da prova
6. O candidato deverá preencher com clareza a etiqueta de identificação, sem erros ou rasuras.

BOA SORTE!

aqui a etiqueta com o
ero da inscrição

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

aqui a etiqueta com o
ero da inscrição

1. De acordo com o Código Penal, existem 3 (três) requisitos para que a execução da pena privativa de liberdade, não superior a 2 (dois) anos, possa ser suspensa por 2 (dois) a 4 (quatro) anos. Em qual das alternativas abaixo se encontra um desses três requisitos:

- a) o condenado não seja reincidente em crime doloso;
- b) seja indicada ou cabível a substituição da pena prevista no art. 44 do Código Penal;
- c) o condenado seja reincidente em crime doloso;
- d) o condenado não seja reincidente em qualquer tipo de crime.

2. Em um processo que existe apenas um réu, que foi citado pessoalmente, em 10/03/2016, tendo o oficial de justiça certificado o cumprimento do mandado de citação em 11/03/2016 e o aludido mandado sido juntado aos autos em 20/03/2016. Nesse caso, a partir de qual data começa a correr o prazo para contestação?

- a) da data da juntada aos autos do mandado de citação;
- b) da data da citação pessoal;
- c) da data em que o oficial de justiça certificou o cumprimento do mandado;
- d) da data em que a Secretaria do Juízo expediu o mandado.

3. Como se chama a situação juridicamente imutável, criada por uma sentença contra a qual não caiba mais recurso?

- a) coisa julgada;
- b) litispendência;
- c) perempção;
- d) continência.

4. Qual princípio constitucional que "consagra que, em regra, nenhum tributo, seja da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, poderá ser cobrado no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que o instituiu ou aumentou, tendo por finalidade evitar a surpresa do contribuinte em relação a uma nova cobrança ou um valor maior, não previsto no seu orçamento doméstico". (MORAES, Alexandre. Direito Constitucional, 21 ed. São Paulo: Atlas, 2007, p.831)?

- a) anterioridade;
- b) motivação;
- c) razoabilidade;
- d) publicidade.

5. Atanagildo ajuizou, em datas diferentes, duas ações idênticas (mesmas partes, causa de pedir e pedidos), que se encontram tramitando no mesmo juízo. Por sua vez, Astrogildo ajuizou ação idêntica à outra que já foi julgada, em definitivo. As ações mais recentes ajuizadas por Atanagildo e Astrogildo deverão ser extintas sem resolução do mérito com base em quais institutos processuais, respectivamente:

- a) Litispendência e coisa julgada;
- b) Coisa julgada e litispendência;
- c) Litispendência e perempção;
- d) Perempção e coisa julgada.

6. A quem cabe promover a ação pública, dependendo, quando a lei o exige, de representação do ofendido ou de requisição do Ministro da Justiça?

- a) Ministério Público;
- b) Defensoria Pública;
- c) Juiz de Direito;
- d) Juiz Federal.

7. De acordo com a legislação processual civil, os atos do juiz consistirão em sentenças, decisões interlocutórias e despachos. Indique, a partir dos três exemplos citados a seguir, o nome de cada um dos atos praticados pelo juiz, respectivamente:

- 1) o que designa audiência de conciliação;**
- 2) o que extingue o processo sem resolução do mérito;**
- 3) o que indefere a produção de prova pericial:**

- a) decisão interlocutória, sentença e despacho;
- b) decisão interlocutória, despacho e sentença;
- c) despacho, sentença e decisão interlocutória;
- d) despacho, decisão interlocutória e sentença.

8. De acordo com o Novo Código de Processo Civil, quem exercerá a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa dos direitos individuais e coletivos dos necessitados, em todos os graus, de forma integral e gratuita?

- a) defensoria pública;
- b) juiz de direito;
- c) ministério público estadual;
- d) ministério público federal.

9. O dever da Administração de justificar seus atos, apontando-lhes os fatos e fundamentos jurídicos do ato, decorre, especificamente, de qual princípio?

- a) moralidade;
- b) publicidade;
- c) motivação;
- d) razoabilidade.

10- O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei. Segundo a Constituição Federal, do ato administrativo ou decisão judicial que contrariar a súmula vinculante aplicável ou que indevidamente a aplicar, caberá:

- a) Recurso Extraordinário;
- b) Reclamação ao Conselho Nacional de Justiça;
- c) Reclamação ao Supremo Tribunal Federal;
- d) Reclamação ao Presidente da República.